PROJETO DE LEI Nº de 2003 (Do Sr. Enio Bacci)

Institui o voto em circunscrição eleitoral"extra" e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º: Nas eleições para Presidente e Vice-presidente da República, Governadores e Vice-governadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais, poderá votar o eleitor que se encontrar em outro Estado, fora de sua circunscrição eleitoral, denominada de "circunscrição extra";

Parágrafo Único: Para esse fim serão organizadas seções eleitorais, uma ou mais em cada Cartório Eleitoral, nos Estados.

Art. 2º: Para que se organize uma seção eleitoral um cada Cartório, é necessário que na circunscrição "extra" haja no mínimo 100 (cem) eleitores inscritos;

Parágrafo Único: Até 60 dias antes da realização da eleição, todos os eleitores residentes em outros Estados brasileiros, comunicarão ao Cartório Eleitoral de sua circunscrição, em carta, telegrama, fax, ou qualquer outra forma, sua condição de eleitor, sua residência e o desejo de votar na "circunscrição extra".

Art. 3º: As mesas receptoras serão organizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, mediante a inscrição de no mínimo 100 (cem) eleitores em cada circunscrição "extra";

Parágrafo Único: Será aplicável às mesas receptoras de circunscrição "extra" o processo de composição e fiscalização partidária vigente.

Art. 4º: Todo o processo eleitoral realizado na "circunscrição extra" fica diretamente subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral;

Parágrafo Único: O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias e adotará as medidas adequadas para o voto na "circunscrição extra".

Art. 5°: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 6º: Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O principal instrumento da democracia é o voto, que deve ser aperfeiçoado com o decorrer do tempo, para torná-lo cada vez mais útil e necessário.

Sem o voto não pode haver democracia, por este motivo precisamos dar-lhe mais valor, ou o valor devido, por sua universalidade na orientação da autêntica filosofia do processo eleitoral.

Não disponho dos números, mas sabemos que milhões de pessoas justificam o voto, por não terem condições de viajar para suas circunscrições de origem.

Após cada eleição, ouço reclamações pela falta de oportunidade para votar, cumprir com o dever cívico e participar das decisões, simplesmente porque só é permitido votar na seção apontada no título eleitoral.

Apesar da universalidade do direito do voto, há ainda, muitas limitações do seu exercício. Todos os cidadãos devem votar, mas atendendo a determinadas normas legais, que a cada dia tendem a ampliar o corpo eleitoral, como é o caso dos analfabetos.

Enquanto houver um cidadão impossibilitado de votar, a democracia estará incompleta.

Entendo que existem as condições para aperfeiçoar a legislação, com vistas a abrir a possibilidade para que todos votem, até mesmo os que estão em locais diferentes dos permitidos pela legislação atual.

Se não havia esta possibilidade, agora poderá haver, aprovando esta proposta, acompanhada pelo debate e do seu aperfeiçoamento.

Serve então, pelo menos para abrir a caixa preta da impossibilidade legal de permissão de voto, um direito político, cujo exercício está regulado pela lei votada pela vontade coletiva.

A idéia traçada nesta proposta foi baseada no Código Eleitoral, no capítulo VII, artigo 225, que trata do voto no exterior, que serve de parâmetro experimentado e aprovado.

Sala das Sessões, em de de

2003.

Deputado ENIO BACCI PDT/RS